



# CONFERE

**Conselho Federal de  
Representantes Comerciais  
- CONFERE -**

**Frota Verde  
Uma Questão Sócio-Ambiental**

## Diretoria do CONFERE

### **Diretor-Presidente**

Manoel Affonso Mendes De Farias Mello

### **Diretor-Tesoureiro**

José Paulo Pereira Brandão

### **Diretor-Suplente**

Rodolfo Tavares

## Manoel Affonso Mendes de Farias Mello

- Representante Comercial
- Magistrado aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região e Advogado
- Membro do Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - AR - RJ
- Diretor Secretário da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro
- Presidente do Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE



# Frota Verde

## Uma Questão Sócio-Ambiental

### Resumo

Recentemente, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, publicou que a média térmica do Brasil encontra-se em 25,9° e, que para os próximos anos as projeções indicam que irão variar de 26° a 29°. Diante desse cenário, avalia-se que os setores organizados da sociedade poderão contribuir tanto com o Estado para ajudar a equacionar o problema do aquecimento global.

O Conselho Federal de Representantes Comerciais – CONFERE vem ao longo de sua história fazendo gestões junto aos Poderes Executivo e Legislativo objetivando obter incentivos fiscais para que os representantes comerciais, um contingente de cerca de dois milhões de profissionais, possam adquirir carros movidos a combustíveis renováveis, contribuindo para a manutenção de um ambiente sustentável sob o ponto de vista sócio-ambiental. Esse projeto insere-se no Programa de Aceleração do Crescimento proposto pelo Governo Federal, em 28/01/07, que engloba um conjunto de políticas econômicas planejadas para os próximos quatro anos, no qual é previsto um orçamento de 17,5 bilhões para aplicação na área de combustíveis renováveis.

### Introdução

O Sistema CONFERE/COREs, composto pelo Conselho Federal de Representantes Comerciais e seus 24 Regionais, tem se preocupado com as questões relacionadas com a garantia de trabalho dos representantes e com a sua atuação no cenário econômico e social do País.

Já há algum tempo, o Dr. Plínio Affonso de Farias Mello, o mais ferrenho defensor da categoria, definia o Representante Comercial como o “BANDEIRANTE DO PROGRESSO NACIONAL”. E com razão! São tantas as dificuldades enfrentadas por esses profissionais que transformam o seu trabalho em verdadeira missão. Essas dificuldades se iniciam pela falta de garantia laboral, pela constante ausência do lar em decorrência da necessidade de viagens diuturnas, pelos riscos de acidentes em razão das condições precárias das rodovias; permanecem pela falta de alimentação adequada e culminam com a falta de atendimento das mínimas condições de saúde, de qualidade de vida e de moradia digna para sua família.

Atualmente outra dificuldade se apresenta: as rápidas modificações decorrentes da inserção da Internet no sistema de distribuição de mercadorias, substituindo a venda direta pela venda virtual. No bojo desses percalços está a falta de sensibilidade do Governo em reconhecer a importância do trabalho do Representante Comercial para o País.

### **Frota Verde**

Uma das ferramentas mais importantes para o desempenho das atribuições do Representante Comercial é reconhecidamente o veículo automotor. Muitas vezes ele se constitui em seu escritório e até em dormitório. Porém os custos tanto de aquisição, quanto de manutenção, têm dificultado o seu trabalho. Por essa razão o CONFERE luta pela concessão de isenção do IPI para os veículos adquiridos pelos Representantes Comerciais, à semelhança do que é concedido às empresas de veículos de aluguel, aos frotistas e aos proprietários de taxis que recebe merecidamente esse benefício.

A reivindicação não se restringe apenas à questão do benefício fiscal. Mais forte do que essa questão de ordem econômica está a questão que aflige toda a humanidade: a poluição nos grandes centros urbanos.

Dentre as muitas formas de poluição, as mais devastadoras e danosas à vida humana, já vistas com grande preocupação por todos os segmentos sociais, é, sem dúvida, a poluição das águas e do ar, esta última por todos considerada mais nefasta, pois não existe, ainda, qualquer meio de tratamento para a poluição atmosférica, a não ser evitar, ou pelo menos, reduzir aos menores níveis, a emissão de gases tóxicos, como forma de manter a qualidade do ar que respiramos.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, relatou que, até o final deste século, a média das temperaturas na Terra poderá aumentar até 6,4° C. Podemos imaginar o quão terrível é esse prognóstico, se considerarmos que um aumento de apenas 1° C na temperatura média da Terra deixaria 50 milhões de pessoas sem água e causaria a morte de, pelo menos, outras 300.000, por malária e outras doenças endêmicas. De acordo com os dados do IPCC o Brasil é um dos maiores poluidores entre os países de economia emergente, por causa das queimadas na Amazônia. A tendência é ocorrerem períodos mais longos de estiagem na Amazônia e no Nordeste e de chuvas mais concentradas e intensas no Sul e Sudeste.

Diante desse cenário, avalia-se que os setores organizados da sociedade poderão contribuir tanto com a União, os Estados e os Municípios, como com o Congresso Nacional para ajudar a equacionar o problema do aquecimento global.

Nesse sentido, os mais de dois milhões de representantes comerciais, representados pelo CONFERE, desejam dar a sua colaboração, com a substituição da frota de veículos utilizados em seu trabalho. Mas essa possibilidade só é viável por meio de incentivos que lhes garantam a aquisição de carros movidos a combustíveis renováveis, o que contribuirá para o crescimento sócio-econômico de cerca de oito milhões de pessoas – entre trabalho direto dos representantes e seus familiares – e principalmente para a redução da emissão de gases poluentes.

O cenário recente das políticas públicas adotadas no Brasil, quanto à adoção de medidas para o uso de energias renováveis é bastante favorável. O Governo Federal lançou, em 28/01/07, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os próximos quatro anos, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimento de 503 bilhões, dentre os quais 17,5 bilhões estão previstos para aplicação na área de combustíveis renováveis.

A luta do CONFERE por essa questão não é recente. Em 1997, a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados apresentou o Projeto de Lei nº 3.549/97, o qual determinava que “qualquer aquisição ou substituição de veículos leves para compor a frota oficial, ou locação de veículos de propriedades de terceiros para uso oficial somente poderá ser realizada por unidades movidas a combustíveis renováveis.”

O CONFERE, durante a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados, desenvolveu intensas negociações para a inclusão do Representante Comercial como beneficiário da chamada “FROTA VERDE”. A emenda foi aprovada e mantida durante a votação do projeto no Senado Federal, que se transformou na Lei nº 9.660/98, mas o dispositivo referente ao Representante Comercial teve veto do Presidente da República, sob o argumento de ser matéria estranha ao restante do escopo da lei.

Em 2002, outra batalha. Foi despendido um esforço junto aos Líderes do Governo e Partidários, para inclusão da categoria do Representante Comercial na votação da Medida Provisória nº 94/2002 que concedeu isenção total de IPI para veículos movidos a combustível renovável adquiridos por taxistas. Não houve resultado por falta de sensibilidade política.

Por tudo isso, acreditamos que os esforços foram válidos. A luta continua. O sistema CONFERE/COREs coloca-se como um parceiro junto aos entes públicos, aos setores organizados da sociedade e às entidades de classe para a adoção de medidas que visem à redução da emissão de gases responsáveis pelo “efeito estufa”. Para tanto, continuará envidando esforços junto ao Poder Executivo e Legislativo para inclusão do Representante Comercial em projetos referentes à utilização de veículos movidos a combustíveis renováveis.